

EXTENSÃO: FINALIDADE PRIVILEGIADA

Extension: privileged goal

Sueli Borges Venâncio*

RESUMO: *Este artigo apresenta, sucintamente, uma abordagem dos vários conceitos elucidativos sobre o papel da extensão universitária desde o surgimento das universidades brasileiras. Ao longo dos anos, muitas discussões foram travadas do ponto de vista ideológico, mas, o que se observa, é que muito pouco ou quase nada sobre os programas de extensão sobressaíram com bom resultado. Nesta perspectiva, a extensão não deve ser dissociada do ensino e da pesquisa, ou seja, este tripé tem sido o sustentáculo do Ensino Superior. Nas Instituições de Ensino Superior, a avaliação que se faz sobre estes programas aponta que eles estão longe de atender, satisfatoriamente, a relação entre a universidade e a sociedade em que ela está inserida. Portanto, a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão é fundamental.*

UNITERMOS: *Extensão Universitária; Ensino e Pesquisa.*

ABSTRACT: *This article briefly presents an approach to the several elucidative concepts on the role of university extension since the creation of Brazilian universities. Several discussions on the ideological level were carried out during the years, but very few outstanding results were observed as a reflection of extension programs. From our point of view, extension should be not dissociated from teaching and research activities, thus forming the so-called supporting undivisible tripod of Brazilian universities. The evaluations on the programs developed carried out by universities indicate that they are far from contributing satisfactorily to strengthen the relationship between the university and the surrounding community. We came to the conclusion that the indivisible relationship of teaching, research and extension is fundamental and necessary to the modern globalized world we live in.*

KEYWORDS: *University Extension; Teaching and Research.*

Muito se tem discutido, nas universidades brasileiras, sobre ensino, pesquisa e extensão, tripé básico de sua sustentação. Ao longo dos tempos, estas instituições vem, cotidianamente, sofrendo reformulações, visando à integração dos centros acadêmicos e às realidades sociais. Os programas de extensão universitária, mesmo não sendo ainda priorizados, podem ser compreendidos como meios para o ensino e a pesquisa. A questão de fins tem sido analisada em função de vários parâmetros, entre eles o da própria identidade da Instituição de Ensino Superior-IES.

* Professora Mestre da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

Entender, re-entender ou re-elaborar a extensão universitária exige um mínimo de delimitação a respeito do que é mais importante como peculiar da universidade. A identidade da instituição universitária parece ser uma base fundamental para o exame do que constitui a extensão que a instituição pretende fazer de si mesma para a sociedade. A própria noção de instituição precisa ser esclarecida para permitir entender onde estão assentadas as bases da identidade da universidade. Talvez tudo possa começar em uma pergunta: onde reside a identidade da Universidade como Instituição? (BOTOMÉ, 1996, p. 25-6)

As estruturas organizacionais das IES têm definido os sistemas de ensino e as relações específicas com a sociedade na qual estão inseridas. Portanto, a identidade da instituição universitária pode ser reconhecida no modo como seus componentes são habilitados para o desempenho de suas capacidades, possibilitando os resultados das ações pessoais, sociais, econômicas, políticas e filosóficas, dentre outras, bem como os procedimentos para o desempenho dos demais na execução de seus papéis.

Uma instituição é definida por sistemas bem específicos de relações entre as condutas de seus componentes que, em função das características dessas relações, gerarão resultados de um tipo ou de outro para a sociedade na qual a instituição está inserida ou localizada [...]. Realizá-las é mais do que um problema de identificação ou de condições físicas, financeiras, instrucionais ou normativas [...]. Sem tudo isso, uma instituição tende a ser um mero aglomerado de pessoas agindo em direções variadas em função de interesses ou definições pessoais e, em geral, divergentes, de caprichos ou emergências ocasionais de disposições emocionais do momento ou por situações de desenvolvimento pessoal, tomados como critérios para decidir o que precisa ou deve ser feito como tarefa típica – e definidora! – da instituição (BOTOMÉ, 1996).

As práticas da universidade têm sofrido influências de vários processos educacionais, e isso tem provocado uma série de problemas, dentre eles, a perda de sua identidade.

Portanto, é preciso rever estas práticas e as influências recebidas dos vários processos educacionais, gênese dos problemas enfrentados por ela. A extensão, entre esses, vem provocando discussões referentes ao seu papel, uma vez que, no passado, parecia ser a solução para os problemas do ensino e da pesquisa.

Para uma instituição estabelecer a sua identidade não bastam as suas condições físicas,

políticas, administrativas, sociais e econômicas. Faz-se necessário construir um sistema amplo, bem articulado de relações entre seus vários componentes. É preciso ter clareza sobre o que constitui o caráter de identidade, principalmente sobre como vão ser trabalhadas as diversas funções integralizadoras do papel da universidade em relação à sociedade. Segundo BOTOMÉ (1996), "a identidade da instituição universitária, como em qualquer outro tipo de instituição, está na dependência do que (fazem) os seus componentes e (em função do que) resulta desse fazer".

Nessa perspectiva, o autor sugere a delimitação da identidade da universidade como uma das condições para poder avaliar, fundamentar e realizar o que é chamado de extensão universitária, não sendo, assim, qualquer atividade e nem qualquer produto que define uma instituição. A identidade de uma universidade e o caráter das diversas atividades que realiza são constituídos pelo que ela faz e pelos resultados desse fazer.

O ponto relevante que se observa nesta abordagem é que não há propriamente a perda da identidade, mas a necessidade da caracterização extensionista nas práticas da universidade:

generalidades retóricas e expressões para o impacto ou envolvimento têm servido para constranger, iludir, distrair e adiar a percepção dos processos efetivos que ocorrem e fazem a instituição ser o que é. No caso da Universidade, que expressão diria, com precisão, no que constitui a sua responsabilidade maior na sociedade? 'Produzir conhecimento e torná-lo acessível' parece ser o que mais se aproxima de dar à Universidade uma identidade definida de maneira a permitir distingui-la de outros tipos de instituições sociais (BOTOMÉ, 1996).

Hoje, no atual contexto político-econômico que o país enfrenta, a Universidade tem sido um alvo muito valioso na disputa entre a sociedade e o governo, ambos em confronto para o restabelecimento de sua identidade. De um lado, o governo organiza e fecha o cerco para a privatização, de outro lado, a comunidade acadêmica e a sociedade que dela dependem, acreditam nas reformas de suas atribuições, contrapondo as imposições governamentais, organizando-se na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Numa visão crítica sobre as universidades, DEMO (1994) analisa a crise dos paradigmas da Educação Superior:

educação e conhecimento constituem, hoje, eixo da transformação produtiva com equidade e fatores essenciais da efetiva cidadania construtiva e participativa. Nesse contexto, a pesquisa ocupa o centro de desafio educacional em termos de inovação a serviço do homem, e a universidade é o lugar privilegiado da produção própria de conhecimento [...]. Todavia, a universidade bra-

sileira, em sua maioria, num processo histórico equívocado, tornou-se instituição de mero repasse de conhecimento e à sua postura reprodutiva acrescenta-se o corporativo e a burocratização paralisante. A Educação Superior em crise exige a adoção de novos paradigmas, mas a universidade, para inovar, precisa saber inovar-se (DEMO, 1994).

A abordagem feita, desse ponto de vista, remete-nos a uma reflexão sobre os fatos existentes hoje, pois a Educação Superior, mesmo que ainda não consolidada, possui a plena autonomia do desempenho de suas atividades sociais, políticas e econômicas e tem demonstrado, ao longo de sua história, a perpetuação de seus papéis e de suas ações cotidianas por meio do ensino, *status quo* da elite educacional brasileira.

Contudo, o enfoque dado às várias práticas na universidade demonstra, ao longo dos tempos, a necessidade de reconstruir suas ações, principalmente, aquelas tidas como essenciais.

Para compreender um pouco mais sobre o papel da extensão universitária, é preciso entender não só o ponto de vista até agora abordado, mas também buscar, em outras informações, os possíveis contrapontos e, a partir daí, passar para o momento da compreensão, um tanto quanto mais dinamizado, do que realmente significa a extensão universitária.

Nos documentos do Fórum Nacional de Extensão há uma conceituação de Extensão Universitária bastante relevante:

a palavra 'Extensão', aplicada a uma das finalidades da universidade, que é de 'estender' o conhecimento, suscita, de imediato, acirrado debate em torno do que se entende por Extensão Universitária. Pode-se iniciar a discussão sobre o conceito de Extensão, levando-se em consideração que este debate se configura da mesma forma em que acontece sua prática: plural e sem método [...]. Para que se tenha um melhor delineamento da atividade de Extensão é necessário desvincular a prática da Extensão de sua situação idealizada como transformadora da sociedade. A idéia de estender à Sociedade o que é produzido no interior da Universidade pode ter a sua mão invertida: a Universidade produzir a partir da sociedade. Neste caso, ela passa a ser um celeiro de novas motivações para o desenvolvimento da pesquisa/extensão e, provavelmente, acarreta mudanças das Universidades Públicas no Brasil [...]. Pois, se o discurso acerca da Extensão Universitária tem-se mostrado insuficiente para concatenar a prática da Extensão com sua teoria, é importante que, para o aprofundamento da concepção de Extensão para as universidades, a fundamentação e os possíveis avan-

ços teóricos, que venham a ocorrer nesta, busquem inspiração e se guíem por onde passa quase toda construção teórica: na prática, no caso, extensionistas universitárias (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO, apud CARDOSO, 1998).

Do ponto de vista histórico, a universidade brasileira apresenta uma trajetória bastante complexa. Apesar de ser ainda muito recente, tem desempenhado um papel fundamental no crescimento das estruturas organizacionais socioculturais, divulgando, de forma sistemática, a expansão científica, responsável pelos grandes avanços nas diversas áreas do conhecimento.

Sendo influenciada pelos padrões da cultura européia, ao longo dos anos, a universidade tem conseguido, em alguns setores do Ensino Superior, avançar conforme a realidade social. Por outro lado, nos debates acadêmicos são freqüentes as discussões sobre as reformas universitárias, dentre elas os fins da Educação Superior, em que se discute a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essencialmente, sobre o papel da extensão, alguns autores a vêem como uma possibilidade positiva para o ensino e outros não conseguem encará-la como finalidade inovadora nas relações entre ensino universitário e realidade, atribuindo-lhe o papel assistencialista e utópico, que deve ser reestruturado ou reelaborado. Várias são as posições e entendimentos sobre os fins da universidade, surgindo muitas críticas e propostas a respeito.

Diante desta discussão, não será difícil perceber que nossa universidade se encontra no mundo da lua. Continua dando aulas copiadas para ensinar a copiar, como se ainda vivêssemos olhando para o passado. O que justifica plenamente, hoje, a necessidade da universidade, inclusive daquela pública e gratuita, é a necessidade imprescindível que a sociedade tem de organizar a produção própria do conhecimento, tanto para conviver com a competitividade do mundo moderno produtivo, mas sobretudo para humanizar o conhecimento e traduzi-lo em instrumentação cidadã para as maiorias (DEMO, 1993).

Fica evidente a necessidade de que a sociedade, juntamente com a universidade, venha a organizar de modo interativo a instrumentação básica de programas extensionistas que atendam às emergências sociais em que vive o povo brasileiro, saindo do marasmo acadêmico em busca de um repensar inovador, direcionando suas políticas e definindo, com clareza, os fins da Educação Superior, voltando-os para a garantia da qualidade de vida social e o exercício da cidadania por parte de todos.

Retomando a análise sobre as políticas nas IES brasileiras, no período dos anos 80, assiste-se ao debate sobre diferentes projetos de reestruturação da política educacional e à elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que “uma das formas encontradas por segmentos organizados da sociedade para debater e defender as

suas posições acerca da política educacional a ser implantada foi o espaço denominado fórum” (TAVARES, 1996).

No âmbito da sociedade política, os secretários estaduais e municipais de Educação realizaram seus respectivos fóruns regionais, criando, em 1983, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). O CONSED objetivava o processo de descentralização do poder ao reivindicar, para os Estados, maior autonomia na gestão financeira da educação e na alocação de recursos. A UNDIME, por sua vez, visava à municipalização do ensino.

A partir da reorganização sindical da sociedade civil, efetivaram-se: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a Associação Nacional de Educação (ANDE), a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) que, desde 1980, realizava as Conferências Brasileiras de Educação (CEBE), não nos esquecendo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), órgãos importantes na retomada do debate sobre questões educacionais dentro de uma visão crítica.

Em 1987, aconteceu o Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público Gratuito. Alguns dos seus princípios, resultantes desse esforço conjunto, foram contemplados na Constituição de 1988.

Com a implantação da Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação, as reivindicações do CONSED e da UNDIME, citadas acima, foram também atendidas.

Outro passo importante no processo é marcado pelos Fóruns Nacionais de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras, na área da pesquisa e pós-graduação:

espécie de mecanismo de criação de um espaço próprio de participação política para um segmento de administração das IES, sem perder sua especialidade de fórum de debate dos problemas das áreas de competência dessas Pró-reitorias e de instrumentos de encaminhamentos e de pressões (CARDOSO, apud TAVARES, 1996).

As eleições na universidades pelo voto direto reafirmam o compromisso dos novos administradores com os interesses e as necessidades da sociedade e a legalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da portaria do MEC n.º 742/85, marcando o início de uma política de extensão universitária diferenciada da visão tradicional, ou seja, muito além da sua compreensão como disseminação de conhecimentos, prestação de serviços ou de difusão de culturas. Portanto, “o ensino e a pesquisa como finalidades trabalhadas no desempenho das ações” (TAVARES, 1996). Começam, a partir daí, os encontros regionais de extensão em várias universidades do país, cujo objetivo é o de integração, cabendo à extensão o papel de vincular o ensino e a pesquisa às necessidades da sociedade, ao mesmo tempo, tratando de obter a construção e a produção do conhecimento:

a substituição do ensino alienado e alienante e da pesquisa pouco útil ou, ainda, o pouco acesso ao conhecimento

criaram duas tendências nas instituições universitárias, substituindo possíveis esforços para aprimorar o ensino e a pesquisa: a prestação de serviços e a oferta de conhecimentos como fonte de lazer ou aprimoramento [...]. Foram, assim, geradas duas vertentes que deixariam suas marcas, tornando-se tradições da extensão universitária. Com isso, foram fixadas práticas, hoje consolidadas mais pela repetição e pelo costume do que pela compreensão de seu efetivo papel na relação com o ensino e a pesquisa ou nas relações entre Ciência, Universidade, Educação e Sociedade (BOTOMÉ, 1996).

Observa-se que as várias concepções acerca da extensão pouco contribuem com a evolução do ensino e da pesquisa na universidade. “Uma noção moderna de pesquisa. Como princípio científico e educativo, não carece de extensão, porque é implícita” (DEMO, 1997).

Torna-se importante citar o conceito de extensão para os Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que em 1987, elegeram o que melhor definia essa finalidade da educação (BOTOMÉ, 1996), concepção esta contida na nova Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação:

a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade [...]. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (GARRAFA, 1989).

E, ainda no Art. 43, inciso VII, da LDB, lê-se que “deve-se promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

A legalização do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão desencadeou iniciativas em várias universidades que se posicionaram a favor de uma política de extensão universitária voltada para a disseminação do conhecimento, prestação de serviço

ou de difusão de cultura. Para exemplificar, podem ser citados alguns eventos e fatos a respeito.

Em dezembro de 1985, em Manaus, realizou-se o Encontro Regional de Pró-reitores de Extensão com a temática *Integração da Universidade no Contexto Regional*, com ênfase na necessidade do intercâmbio de experiência, por meio de encontros e seminários, com o objetivo de planejar políticas comuns de extensão. Considerou-se a extensão como o elo entre a pesquisa e o ensino, com vistas às necessidades da sociedade, podendo auxiliar na construção e produção do conhecimento, numa visão transformadora. Em agosto de 1985, a Universidade de Brasília - UnB e a sociedade civil organizada do Distrito Federal estabeleceram, no campo da extensão, alguns compromissos, entre eles o posicionamento de professores e alunos de ultrapassarem os limites da sala de aula, assumindo o desafio de aprender e ensinar na realidade, por meio dos Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do Programa de Educação a Distância, visando à integração da Universidade com a comunidade, contribuindo nas formas de organização e compreensão do verdadeiro significado de cidadania.

Em 1985, a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ elabora o documento *Da Extensão Universitária – Versão Preliminar: Uma Proposta em Discussão*, que serviu de base para o conceito de extensão aprovado no I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão em 1987. A pesquisa e o ensino eram, em 1985, na UFRJ, áreas historicamente implantadas e reconhecidamente competentes. O mesmo não se dava com relação à extensão, existindo algumas promoções, mas não uma política e um órgão responsável pelas atividades.

A partir de 1986, a Universidade Federal do Paraná - UFPR define uma política de extensão comprometida com a sociedade e com o ensino-aprendizagem, sem o apoio institucional do Ministério da Educação e Cultura - MEC, o mesmo também acontecendo em outras universidades públicas:

durante o ano 1988, várias iniciativas, visando consolidar a política extensionista defendida pelo Fórum Nacional, foram desenvolvidas pela sua Coordenação principalmente depois da aprovação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na nova carta Constitucional Brasileira, podendo ser destacada a elaboração da Exposição de Motivo encaminhada ao CRUB e MEC com as seguintes reivindicações: criação, na estrutura organizacional do MEC, de um órgão de caráter representativo, responsável pela extensão e a criação de um fundo especial para o financiamento de programas/projetos de extensão, com restabelecimento do sistema de bolsas de extensão, nos mesmos níveis de iniciação científica e de monitoria (TAVARES, 1996).

Segundo relatório elaborado pela Universidade Federal de Alagoas, acerca do I En-

contro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, em Aracaju, ficam definidos, neste encontro, a criação e instalação de um fórum regional, com os seguintes objetivos: a) contribuir para a formulação de diretrizes básicas de uma política de extensão comuns às IES da região; b) garantir melhor integração das ações extensionistas das Universidades, por meio das Pró-reitorias de Extensão, c) propiciar, para fins de integração e interação, a definição da política cultural das IES Nordestinas, comprometidas com as raízes mais profundas da cultura nacional; d) promover a integração das ações das universidades nordestinas, por meio da circulação articulada e do aproveitamento dos bens culturais.

Ainda, nesse encontro, foi deliberada a criação de uma comissão para a elaboração do regimento e a realização de um segundo fórum para o segundo semestre de 1987.

Assim, em setembro de 1987, realizou-se, em Fortaleza, o II Fórum de Pró-reitores de Extensão do Nordeste, tomando posições e definindo estratégias de ação, para que a extensão ultrapassasse o nível da retórica e do discurso, dentre as quais:

- institucionalização das ações extensionistas;
- financiamento do setor, propondo a criação de um fundo de apoio à extensão;
- garantir o fomento de projetos e de bolsas de iniciação científica e de pesquisa;
- conferir ao universitário extensionista o *status* de dignificação perante o universo acadêmico;
- estímulo à divulgação de toda a produção na área, por meio de publicações diversas.

Outros encontros foram realizados em Brasília, Belém, Belo Horizonte, São Luiz, etc., objetivando a busca de soluções para os problemas sociais do país em relação às demandas populares, sempre abordando uma temática central para a política de extensão universitária hegemônica, mesmo tendo que enfrentar contradições, dificuldades, avanços e retrocessos.

Nesses encontros, procurou-se, ainda, intensificar as discussões sobre a nova prática extensionista nas IES públicas. Apesar da inexistência de recursos financeiros para projetos e programas de extensão e das dificuldades de gerir atividades que exigiam trabalho de campo, os Pró-Reitores de Extensão afirmavam que a saída era mostrar a importância da universidade pública para o país e o que ela representa para a sociedade. Enfim, fica claro que, mesmo com várias opiniões defendidas, o que se buscava era o fortalecimento da institucionalização da extensão, por meio das atividades-fim (ensino e pesquisa).

Continua, nos Encontros Nacionais, conforme os vários temas apresentados durante os debates, a troca de experiências entre as diversas universidades brasileiras, sobre as estratégias de atividades extensionistas na cultura acadêmica.

Pode-se estabelecer uma divisão desses serviços amplos que a universidade presta, em duas direções: uma mais ligada aos serviços internos à comunidade universitária em seu conjunto (professores, alunos e funcionários), com múltiplas variedades, e outra dedicada ao relacionamento da universidade com a comunidade, tomando comunidade ou em sentido restrito de bairro, cidade ou região

onde ela está inserida, ou em sentido amplo de sociedade nacional, que compreende também uma multiplicidade de serviços de toda a natureza, nos campos do ensino, da pesquisa e dos serviços propriamente ditos (WANDERLEY, 1983).

Observa-se, por essa análise, que começa a existir uma desarticulação, declarada, entre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, na luta pelo direcionamento da política universitária.

Foram elaborados alguns indicadores em relação ao compromisso institucional quais sejam: a formalização da extensão na estrutura universitária, a valorização nas carreiras docente e técnico-administrativa e a interação entre as instituições públicas de Ensino Superior e outras.

Quanto ao impacto social das atividades de extensão, os indicadores previstos se pautaram na relevância social, econômica e política dos problemas abordados; na caracterização e quantificação dos segmentos sociais envolvidos; no grau de interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados da sociedade civil; nos objetivos e resultados alcançados e repercussão das atividades de extensão, tais como a construção de um novo conhecimento; na apropriação, utilização e reprodução do conhecimento envolvido na atividade de extensão pelos parceiros; no efeito, nas atividades acadêmicas, da interação social resultante da atividade de extensão e níveis de transformação dos indicadores sociais resultantes da atividade de extensão (TAVARES, 1986).

Os programas propostos sobre o “Perfil da Extensão Universitária” deveriam ser aplicados em todos os cursos de formação acadêmica, mas o academicismo continua sendo prioridade nos programas curriculares nos cursos do Ensino Superior, basicamente desde o surgimento da universidade aos dias atuais.

As discussões nos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Extensão acirraram-se para uma realidade em que as diretrizes políticas traçadas para a extensão, desde 1987, ainda se estabeleciam como um “ideal norteador”, não exercido em todas as ações desenvolvidas pelas IES públicas, necessitando, assim, de uma retomada nas discussões sobre temas que, na prática, ocasionavam desvios ou dificultavam a política proposta. Entre os temas geradores, foram citados prestação de serviços, parcerias, extensão entre a clientela da própria universidade, assistência em hospitais universitários, educação continuada, etc..

Quanto à participação das IES no Programa Universidade Solidária, percebemos que,

em alguns documentos elaborados nos encontros do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, a proposta foi bem aceita como programa de linha extensionista universitária, importante na construção da integração entre universidade e sociedade. Em outros, a visão é a de que este programa era um retrocesso na caminhada de construção de uma universidade democrática e comprometida com os interesses da maioria da população, permitindo a execução de ações que são visivelmente contrárias às diretrizes políticas construídas e praticadas.

Observam-se os mais variados interesses na formulação do relatório final dos participantes dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores, em algumas abordagens avançando, em outras, retrocedendo.

Considerar a extensão universitária apenas como definidora de idéias e propostas fundamentais para o Ensino Superior é o mesmo que descaracterizar completamente o ensino e a pesquisa. O que se observa é que a extensão, por si só, não resolverá os problemas existentes entre a universidade e a sociedade.

Se analisarmos o ensino como acesso ao conhecimento científico, entenderemos que, a partir desse princípio, podemos modificar nossos comportamentos e melhorar o nível de comunicação. É por meio do ensino que as pessoas buscam novas formas de vida e aprendem a utilizar o conhecimento para agir de modos específicos ao se defrontarem com determinadas realidades sociais. Também, a partir dele, poderemos conquistar o nosso espaço no mercado de trabalho, ou seja, colocar o profissionalismo da especialidade aprendida em prática, da mesma forma que iremos interagir eficazmente, com outros no contexto em que estamos inseridos.

Estamos focalizando, nessa análise, a extensão intrinsecamente contextualizada e atrelada ao ensino. Ao desenvolvermos aspectos inovadores na realização de um trabalho socialmente significativo, fica mais fácil esclarecer de que forma pode ocorrer a relação entre extensão universitária e ensino de nível superior.

Para que a extensão universitária possa interagir com o ensino, é preciso que haja comprometimento profissional, político, econômico, social e, acima de tudo, ético. O processo pelo qual a universidade se estrutura na reelaboração de seu sistema de ensino, deve servir de parâmetro inovador para o desenvolvimento e a aplicabilidade da autonomia e flexibilidade de que necessita a academia. Faz-se mister reforçar o importante papel desempenhado pela pesquisa universitária, que poderá ser a base mediadora entre o ensino e a extensão.

O ensino na graduação é visto, ainda, como livresco, artificial, inadequado e em muitos cursos, voltado para uma realidade teórica, distante da realidade prática:

o ensino é visto como a função básica da universidade, numa tradição de transmissão de conhecimentos, muitas vezes já superados ou alienados da realidade; é maior a preocupação com a memorização dos conhecimentos e com a verificação da aprendizagem – as provas – do que com a problematização de situações que poderiam levar a um efetivo aprendizado (GURGEL, apud BOTOMÉ 1996).

Em relação à pesquisa, não podemos deixar de dizer que ela tem se expandido nos últimos anos, porém, diante da realidade em que se encontra a universidade hoje, basicamente ancorada nos moldes da revolução técnico-industrial, torna-se necessário avançar em suas linhas de base.

Acreditamos que a problematização do ensino e a investigação orientada desses problemas reais, possivelmente, venham a se constituir o fio condutor para que as finalidades da Educação Superior se cumpram no atual momento histórico da universidade brasileira.

A situação que procuramos analisar diz respeito a um dos problemas, obviamente as controvérsias sobre a caracterização da extensão, sobre o seu verdadeiro papel. As críticas, acolhidas ou recusadas, devem ser entendidas como o ponto de partida para um exame mais profundo e uma busca de mais elementos que permitam avaliar o que essas críticas podem revelar sobre a extensão universitária. Essas são questões em que se defronta o Ensino Superior, sem falar na reestruturação indispensável relativa a conteúdos, métodos de ensino, perfil dos profissionais e de uma nova visão dos paradigmas educacionais em virtude da transformação do conhecimento e do saber humano em uma sociedade em pleno processo da globalização e do poder da comunicação tecnológica dos nossos dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alda J. A. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, 1991.

_____. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, 1992.

_____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

AZEVEDO, Fernando de A. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 1971.

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. **Coletânea CBE**. Campinas: Papyrus, 1992.

BOTOMÉ, Paulo Silvío. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Processos comportamentais básicos em metodologia de pesquisa: da delimitação do problema à coleta de dados**. São Carlos: UFSCar, [199-].

CARDOSO, Ruth. Universidade Solidária. **Informativo para Universidades**. Brasília: Conselho Comunidade Solidária, 1998.

CASTRO, Cláudio Moura. **Ciência e Universidade no Brasil - os anos de autoritarismo: análise, balanço, perspectivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **A Prática da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

CUNHA, Luiz .A. A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. **Em Aberto**. Brasília, v. 8, n. 43, 1989.

- _____. **Universidade temporã: o Ensino Superior da colônia à era Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. Pós-graduação em Educação: no ponto de inflexão. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 77, p. 63-7, 1991.
- _____. **A universidade crítica: o Ensino Superior na República Populista.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- DEMO, Pedro. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Cadernos de Extensão Universitária.** São Carlos: UFSCar, n. 05, 1996.
- _____. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- DIAS, Correia Fernando. **Construção do sistema universitário no Brasil.** Brasília: [s.n] 1989.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução.** Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1975.
- FLEURI, M. Reinaldo. **Educação popular e universidade.** Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, Campinas. 1998.
- GARRAFA, V. (org.) Extensão: a universidade construindo saber e cidadania. **Relatório de Atividades 1987/1988.** Brasília: UnB, 1989.
- MARQUES, Evair A. et.al. Ensino e pesquisa na universidade: questão de lei ou de visão de mundo. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 69, [199-].
- ROSÁRIO, Maria e LEITE, Cassimiro de Oliveira. Rumos da Universidade Brasileira. **Coletânea CBE.** Campinas: Papyrus, 1992.
- SEVERINO, Antônio J. **Das condições para a consolidação dos cursos de pós-graduação em Educação.** Palestra proferida na Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1997.
- SGUISSARDI, Waldemar. **Autonomia universitária e mudanças no Ensino Superior.** Piracicaba: UNIMEP, 1996.
- TAVARES, G. Maria. A Política de Extensão Universitária Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Caderno de Extensão Universitária.** São Carlos: UFSCar, n. 6, 1996.
- TEIXEIRA, Anízio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. CECAE. **Projeto Carapuruhuy.** São Paulo, mar. 1998/1999.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resumo das Comunicações e da Mostra do Seminário de Extensão Universidade e Sociedade.** Uberlândia, 1993.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é Universidade – Extensão Universitária.** São Paulo: Brasiliense, 1983.